



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes



**REQUERIMENTO nº**

**RQ 3664/2018**

(Do Senhor Deputado **Claudio Abrantes**)

**L I D O**

Em, 21/08/18

Secretaria Legislativa

Setor Protocolo Legislativo  
RQ N° 3664/2018  
Folha N° 01 Bz te

*Requer a realização de Sessão Solene comemorativa aos 30 anos da Constituição Cidadã, a ser realizada no dia 23 de outubro de 2018, às 19h, no Plenário desta Casa.*

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos artigos 99, IV, e 124, do Regimento Interno, a realização de Sessão Solene comemorativa aos 30 anos da Constituição Cidadã, a ser realizada no dia 23 de outubro de 2018, às 19h, no Plenário desta Casa.

**JUSTIFICAÇÃO**

  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
Recebido em 21/08/18 às 15:42  
Assinatura

Há 30 anos foi promulgada a Constituição brasileira hoje vigente. Conhecida como "Constituição Cidadã", seu principal mérito foi ter ampliado direitos individuais e coletivos num contexto de abertura do país para o regime democrático.

A Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Após 21 anos de regime militar, a sociedade brasileira recebia uma Constituição que assegurava a liberdade de pensamento. Foram criados mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 pelo presidente José Sarney, trabalhou durante 20 meses. Participaram 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais), com intensa participação da sociedade.

É imperioso ressaltar que durante cinco meses, cidadãos e entidades representativas encaminharam suas sugestões para a nova Constituição. Cinco milhões de formulários foram distribuídos nas agências dos Correios. Foram coletadas 72.719 sugestões de cidadãos de todo o País, além de outras 12 mil sugestões dos constituintes e de entidades representativas.

Vale lembrar que o debate formal sobre a nova Constituição começou em julho de 1985, com a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, também conhecida como Comissão Afonso Arinos. Composta por 50 membros, ela foi



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Senhor Deputado Claudio Abrantes



presidida pelo senador Afonso Arinos de Melo Franco. O anteprojeto constitucional foi entregue em setembro do ano seguinte e, embora não tenha sido encaminhado oficialmente ao Congresso, foi publicado e serviu de base para muitos dos constituintes que, em fevereiro de 1987, passaram a debater oficialmente a construção da nova Constituição num trabalho que se desenvolveu em sete etapas, desdobradas em 25 fases distintas. E o próprio senador Afonso Arinos tornou-se um dos constituintes, tendo sido designado presidente da Comissão de Sistematização, uma das etapas desse processo.

Dada a importância da matéria, destacamos que os Direitos fundamentais foram garantidos em várias áreas. Na Saúde, por exemplo, a grande revolução foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, União, estados e municípios são responsáveis por um sistema integrado de atendimento à saúde ao qual todo cidadão brasileiro e até mesmo estrangeiros têm acesso. Antes, apenas quem era filiado ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) podia utilizar os hospitais públicos. O restante era atendido pelas Santas Casas e outras entidades benfeitoras<sup>1</sup>.

O reconhecimento de que os direitos do homem são fundamentais, conduziu à necessidade de salvaguardá-los de supressão pelo legislador ordinário. Definidos como um conjunto de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade principal o respeito à dignidade, com proteção ao poder estatal e a garantia das condições mínimas de vida e desenvolvimento humano. Os Direitos Fundamentais são especificamente os direitos básicos individuais, sociais, políticos e jurídicos que são previstos na Constituição Federal. Tem embasamento nos princípios dos Direitos Humanos e presam pela garantia a liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a segurança e demais que permeiam a dignidade humana<sup>2</sup>.

Assim conclamamos aos nobres pares à aprovação do Requerimento em questão por se tratar de uma matéria de grande importância para a sociedade em geral.

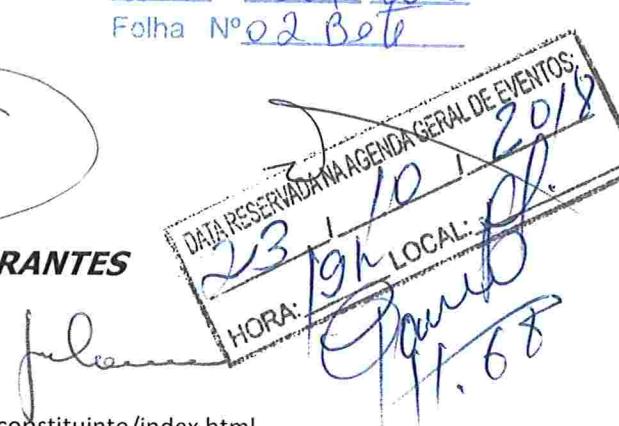
Sala das Sessões, em de 2.018

Setor Protocolo Legislativo

RA Nº 3664/2018

Folha Nº 02 B6

  
Deputado **CLAUDIO ABRANTES**  
PDT/DF



<sup>1</sup> <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituinte/index.html>

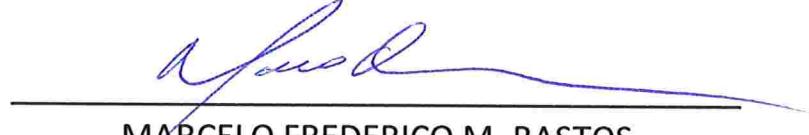
<sup>2</sup> <https://jus.com.br/artigos/57926/os-direitos-fundamentais-nas-constituições-brasileiras-com-enfase-na-constituição-federal-de-1988>

**Assunto:** Distribuição do Requerimento nº 3.664/18.

**Autoria:** Deputado (a) Claudio Abrantes (PDT)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete do Secretário Executivo da Terceira Secretaria para as providências de que trata o **Ato da Mesa Diretora nº 57/2000**.

Em 22/08/18



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3664/2018

Folha Nº 03 Beta